



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **CONVITE** aos **ESPECIALISTAS** abaixo nominados, **todos eles vinculados ao setor de apostas**, para prestarem depoimento pelos fatos e fundamentos que na sequência serão expostos

1. Magnho José Santos de Sousa
2. Wesley Callegari Cardia e Plínio Lemos Jorge
3. André Gelfi Thomaz

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa para o presente requerimento de **CONVITE** no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito – CPIBETS se apoia na crescente relevância dos jogos virtuais de apostas online no Brasil, especialmente no que tange às potenciais práticas ilícitas associadas a esse setor. A magnitude dos valores movimentados por essas plataformas de apostas é alarmante, havendo fortes indícios de que tais transações estejam sendo utilizadas para disfarçar operações de lavagem de dinheiro em larga escala.

Aliás, a ausência de transparência e a fragilidade dos mecanismos de controle sobre essas plataformas agravam o risco de que práticas criminosas



estejam sendo amplamente facilitadas, exigindo a intervenção do poder legislativo para uma rigorosa análise dos processos financeiros relacionados aos jogos de apostas online, a fim de identificar as falhas nos sistemas de regulação e fiscalização atualmente vigentes e propor soluções que fortaleçam a capacidade estatal de combater o crime organizado e prevenir a lavagem de dinheiro.

Ressalte-se, outrossim, que, para além do aspecto financeiro, o impacto social e familiar dos jogos de apostas online não pode ser ignorado. Com o aumento exponencial do número de usuários e das quantias envolvidas, cresce a preocupação com o endividamento das famílias brasileiras, a deterioração da saúde mental dos apostadores e os danos à economia doméstica. Há indícios de que esse fenômeno esteja contribuindo para um ciclo vicioso de perdas financeiras e adoecimento psicológico, o que torna ainda mais urgente uma resposta legislativa articulada e robusta.

Nesse contexto, seguem as razões para a apresentação do presente requerimento:

Magnho José, presidente do Instituto Brasileiro Jogo Legal (IJL), é uma figura chave no debate sobre a regulamentação do mercado de apostas no Brasil. Ele tem defendido a importância da regulamentação para evitar práticas ilícitas e promover um ambiente mais seguro para os consumidores. Sua convocação à CPIBETS é crucial para discutir as implicações legais e sociais das apostas online, além de explorar como a regulamentação pode ser aprimorada para proteger os apostadores e garantir a transparência no setor. Magnho José também pode fornecer dados sobre o impacto econômico das apostas e as perspectivas futuras do mercado.

Wesley Cardia é o ex-CEO da Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL). A Associação Nacional de Jogo Legal (ANJL) deve ser convidada para discutir seu papel na promoção da legalização e regulamentação das apostas no Brasil. A ANJL representa empresas do setor e, portanto, pode fornecer insights sobre as demandas das operadoras de



apostas e os desafios enfrentados pelo mercado. Além disso, a CPIBETS deve investigar como a associação lida com as denúncias de práticas ilícitas e o impacto das apostas na saúde financeira dos apostadores.

Plínio Lemos Jorge, presidente da Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL), é uma figura central no processo de regulamentação do setor de apostas esportivas no Brasil. Sua atuação é fundamental para representar os interesses dos operadores de jogos e loterias, mediando o diálogo entre o setor privado e o governo em um momento crítico de desenvolvimento regulatório. Jorge tem trabalhado para influenciar diretamente as políticas de regulamentação, buscando um equilíbrio entre a proteção ao consumidor e o incentivo ao crescimento do setor, de modo que a indústria de apostas esportivas possa operar de forma legal, segura e economicamente vantajosa para o país.

Como líder da ANJL, Jorge tem defendido regulamentações que promovam transparência, compliance e responsabilidade social, bem como estruturas fiscais que tornem o setor competitivo e atraente para investidores, enquanto também contribui com a arrecadação pública. Ele destaca a importância de regras claras e mecanismos de fiscalização eficientes para evitar práticas ilegais, como a lavagem de dinheiro e a manipulação de resultados, que são riscos associados ao mercado de apostas. O trabalho de Jorge é especialmente relevante em um setor emergente e de rápido crescimento, ajudando a estabelecer um quadro regulatório que possa garantir um ambiente seguro e responsável para operadores e consumidores no Brasil.

André Gelfi é cofundador e diretor do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR). O Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR) é uma entidade representativa que atua na defesa dos interesses do setor de apostas. O convite do IBJR é crucial para a CPIBETS compreender quais medidas estão sendo tomadas para assegurar a prática responsável das apostas no Brasil.



O depoimento de seu representante pode esclarecer como a entidade lida com questões como vício em apostas, lavagem de dinheiro e manipulação de resultados, além de sugerir aprimoramentos na regulamentação para proteger os consumidores.

Dessa forma, considera-se que os **ESPECIALISTAS** antes nominados, **todos eles vinculados ao setor de apostas**, têm muito a colaborar com os trabalhos desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)

